

mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, aos mercados de balcão e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes às relações com investidores da Companhia. **Parágrafo 5º.** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **Parágrafo 6º.** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Diretor Presidente, bem assim as que lhes sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração na sua eleição. **Artigo 18.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de três (3) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º.** Além do presencialmente, nos termos da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos reunidos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** As resoluções da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria dos Diretores presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 4º.** Não será aprovada nenhuma deliberação sobre quaisquer assuntos que não estejam expressamente incluídos na ordem do dia da reunião, conforme declarado na convocação, sob pena de ser considerada nula, extintivas as matérias que forem acrescentadas à ordem do dia com a aprovação de todos os Diretores. **Parágrafo 5º.** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19.** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e as deliberações do Conselho de Administração e da Diretoria da controladora da Companhia competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar e gerir a assinatura de correspondências de assuntos rotineiros; (v) implementar e explorar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração da controladora da Companhia; (vi) observar o orçamento anual aprovado; (vii) deliberar sobre a criação, transferência e encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração ou Diretoria da controladora da Companhia. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que impliquem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no **Parágrafo Único** desta Cláusula; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme reservadas nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores, e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º.** Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras. Artigo 23.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e da legislação aplicável; e (iii) eventual saldo será distribuído de acordo com a deliberação da assembleia geral. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal se, no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 25.** A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intermediários, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei e competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X. Acordo de Acionistas. Artigo 27.** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou operação de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28.** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("Conflito") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("CCBC"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"), e com o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, imprecisas, impedimentos, suspeições, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-los, de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou poder ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não cabendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia à qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os



continua ➔

os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso

(i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem

a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consularizações e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Capítulo XII. Disposições Gerais. Artigo 29. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de 1º (Primeira) Convocação (“Edital”) – Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hidrovias do Brasil S.A., a ser realizada em 02 de janeiro de 2025

A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 12.648.327/0001-53 (“**Emissora**” ou “**Companhia**”), convoca os titulares das debêntures da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da Emissora (“**Debêntures**”, “**Emissão**” e “**Debenturistas**”, respectivamente), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos do Art. 71, § 2º e do Art. 124, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e da Cláusula 9 da “*Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Hidrovias do Brasil S.A.*”, celebrada entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“**Agente Fiduciário**”), em 20 de julho de 2022, conforme aditada em 15 de agosto de 2022 (“**Escritura de Emissão**”), a ser realizada em **1º (primeira) convocação no dia 02 de janeiro de 2025, às 12 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “**Ten Meetings**” (“**Plataforma Digital**”) (“**Assembleia**”), com a possibilidade de envio de Instrução de Voto à Distância (conforme abaixo definido) previamente à realização da Assembleia, observado o disposto na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), com o link de acesso a ser oportunamente encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, nos termos deste Edital e da proposta de administração disponibilizada pela Emissora em seu website ([ri.hbsa.com.br](https://www.gov.br/cvm/plbtr)) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/plbtr>) na mesma data de publicação deste Edital (“**Proposta da Administração**”). A Assembleia será considerada como realizada na sede da Emissora, para deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** concessão de anuência prévia (*waiver*) nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão, em relação ao disposto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão, que atualmente considera um Evento de Inadimplemento Automático das Debêntures caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto por acionistas que detenham participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na Data de Emissão, para que, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, não haja a incidência de Evento de Inadimplemento Automático previsto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado automático das Debêntures, caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal acionista que venha a se caracterizar como acionista controlador possua, na data de realização da Assembleia: (i) participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na data de realização da Assembleia; e (ii) classificação de risco (rating) AAA, pela S&P Global Ratings Brasil ou Fitch Ratings Brasil, ou Aaa, pela Moody’s Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda.; **(b)** a concessão de anuência prévia (*waiver*), para que a Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante da Emissora, possam, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, realizar eventual alienação de ativos, em uma ou mais operações, cujo valor, individual ou agregado, seja de até 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora mais recentes divulgadas à época de cada alienação, sem que haja a incidência de Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na Cláusula 6.2, item (ix), da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado não automático das Debêntures; e **(c)** a concessão de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens (a) e (b) acima. Como contrapartida às aprovações, a Emissora propõe o pagamento de prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* a todos os Debenturistas, a serem pagos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia, incidente sobre o saldo devedor remanescente no dia útil imediatamente anterior à data da aprovação desta Assembleia (“**Waiver Fee**”). **Informações Gerais: 1. Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia da Emissora no endereço <https://assembleia.ten.com.br/193997866> e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81: i) **Pessoa física:** documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) **Pessoa jurídica:** (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) **Fundo de investimento:** (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo;

(b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. **1.1.1. Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link <https://assembleia.ten.com.br/193997866>, e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, com ou sem o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, com ou sem certificado digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos. Ademais, nos termos do **Anexo III** à Proposta da Administração, e acessando a página da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no link acima indicado. **1.2. Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto à distância (“**Instrução de Voto à Distância**”), nos termos do **Anexo II** da Proposta da Administração, conforme disponibilizada pela Emissora no seu website ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto à distância por meio da Instrução de Voto à Distância, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link <https://assembleia.ten.com.br/193997866> e realizando o preenchimento da Instrução de Voto à Distância diretamente na Plataforma Digital, na seção de “Instrução de Voto”, bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1. acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>) ou da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)), para obtenção do modelo de Instrução de Voto à Distância e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital <https://assembleia.ten.com.br/193997866>, preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1. acima, incluindo a Instrução de Voto à Distância preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto à Distância mencionada acima e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar, na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, § 4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto à Distância válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto à Distância anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, § 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Companhia, caso necessário, poderá publicar um novo Edital com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Companhia reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da ordem do dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico [ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico <https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à ordem do dia, inclusive a Proposta da Administração e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Debenturistas, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: **(i)** da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); **(ii)** da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); **(iii)** de relações com investidores da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)); e **(iv)** do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Edital terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 11 de dezembro de 2024. **Hidrovias do Brasil S.A. – Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente.** (11, 12 e 13/12/2024)

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de 1º (Primeira) Convocação (“Edital”) – Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hidrovias do Brasil S.A., a ser realizada em 02 de janeiro de 2025

A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“**CNPJ/MF**”) sob o nº 12.648.327/0001-53 (“**Emissora**” ou “**Companhia**”), convoca os titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Emissora (“**Debêntures**”, “**Emissão**” e “**Debenturistas**”, respectivamente), a reunirem-se em assembleia geral de debenturistas, nos termos do Art. 71, § 2º e do Art. 124, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e da Cláusula 9 da “*Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Hidrovias do Brasil S.A.*”, celebrada entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** (“**Agente Fiduciário**”), em 18 de outubro de 2021, conforme aditada em 12 de novembro de 2021 (“**Escritura de Emissão**”), a ser realizada em **1º (primeira) convocação no dia 02 de janeiro de 2025, às 11 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma “**Ten Meetings**” (“**Plataforma Digital**”) (“**Assembleia**”), com a possibilidade de envio de Instrução de Voto à Distância (conforme abaixo definido) previamente à realização da Assembleia, observado o disposto na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“**Resolução CVM 81**”), com o link de acesso a ser oportunamente encaminhado pela Emissora aos Debenturistas habilitados, nos termos deste Edital e da proposta de administração disponibilizada pela Emissora em seu website ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)) e no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/plbtr>) na mesma data de publicação deste Edital (“**Proposta da Administração**”). A Assembleia será considerada como realizada na sede da Emissora, para deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** concessão de anuência prévia (*waiver*) nos termos da Cláusula 9.4.1 da Escritura de Emissão, em relação ao disposto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão, que atualmente considera um Evento de Inadimplemento Automático das Debêntures caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto por acionistas que detenham participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na Data de Emissão, para que, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, não haja a incidência de Evento de Inadimplemento Automático previsto na Cláusula 6.1, item (iii) da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado automático das Debêntures, caso a Emissora venha a ter um acionista que seja caracterizado como acionista controlador, direto ou indireto, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal acionista que venha a se caracterizar como acionista controlador possua, na data de realização da Assembleia: (i) participação acionária, direta ou indireta, igual ou superior a 5% (cinco por cento) de ações representativas do capital social da Emissora na data de realização da Assembleia; e (ii) classificação de risco (rating) AAA, pela S&P Global Ratings Brasil ou Fitch Ratings Brasil, ou Aaa, pela Moody’s Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda.; **(b)** a concessão de anuência prévia (*waiver*), para que a Emissora e/ou qualquer Controlada Relevante da Emissora, possam, pelo período de 2 (dois) anos contados da data de realização da Assembleia, realizar eventual alienação de ativos, em uma ou mais operações, cujo valor, individual ou agregado, seja de até 20% (vinte por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora mais recentes divulgadas à época de cada alienação, sem que haja a incidência de Evento de Inadimplemento Não Automático previsto na Cláusula 6.2, item (ix), da Escritura de Emissão e a consequente decretação de vencimento antecipado não automático das Debêntures; e **(c)** a concessão de autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário pratiquem, em conjunto, todos e quaisquer atos e assinem todos e quaisquer documentos necessários para fins de formalização das deliberações tomadas nos itens (a) e (b) acima. Como contrapartida às aprovações, a Emissora propõe o pagamento de prêmio de 0,20% (vinte centésimos por cento) *flat* a todos os Debenturistas, a serem pagos em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de realização da presente Assembleia, incidente sobre o saldo devedor remanescente no dia útil imediatamente anterior à data da aprovação da Assembleia (“**Waiver Fee**”). **Informações Gerais: 1. Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar website específico para a Assembleia da Emissora no endereço <https://assembleia.ten.com.br/163590943> e preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81: i) **Pessoa física:** documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) **Pessoa jurídica:** (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) **Fundo de investimento:** (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do

seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos, o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. **1.1.1. Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link <https://assembleia.ten.com.br/163590943>, e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, com ou sem o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital, com ou sem certificado digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos. Ademais, nos termos do **Anexo III** à Proposta da Administração, e acessando a página da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Companhia, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no link acima indicado. **1.2. Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto à distância (“**Instrução de Voto à Distância**”), nos termos do **Anexo II** da Proposta da Administração, conforme disponibilizada pela Emissora no seu website ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto à distância por meio da Instrução de Voto à Distância, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link <https://assembleia.ten.com.br/163590943> e realizando o preenchimento da Instrução de Voto à Distância diretamente na Plataforma Digital, na seção de “Instrução de Voto”, bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1. acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>) ou da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)), para obtenção do modelo de Instrução de Voto à Distância e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital <https://assembleia.ten.com.br/163590943>, preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item 1. acima, incluindo a Instrução de Voto à Distância preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto à Distância mencionada acima e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar, na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, § 4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto à Distância válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto à Distância anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, § 4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Companhia esclarece que, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Companhia, caso necessário, poderá publicar um novo Edital com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Companhia reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da ordem do dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico [ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br) e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico <https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>. A Companhia e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos necessários aos Debenturistas. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à ordem do dia, inclusive a Proposta da Administração e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Debenturistas, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: **(i)** da CVM (<https://www.gov.br/cvm/>); **(ii)** da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); **(iii)** de relações com investidores da Emissora ([ri.hbsa.com.br](https://www.hbsa.com.br)); e **(iv)** do Agente Fiduciário (<https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos>). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente definidos neste Edital terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 11 de dezembro de 2024. **Hidrovias do Brasil S.A. – Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente.** (11, 12 e 13/12/2024)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



B28 Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 24.081.780/0001-00 - NIRE 35.300.488.23-7

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de julho de 2021

I. **Data, Horário e Local:** Aos 02 (dois) dias do mês de julho de 2021, às 12:00 horas, na sede da **B28 Empreendimentos Imobiliários S.A.**, ("Companhia"), situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjuntos 2003 e 2004, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000. II. **Convocação e Presença:** Compareceram à assembleia os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença dos Acionistas e na presente ata, tendo sido dispensada a publicação dos avisos de convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). III. **Mesa:** **Presidente:** Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista, **Secretário:** Raphael Baptista Netto. IV. **Ordem do Dia:** (1) Aumentar o capital social da Companhia, em R\$ 1.248.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e dezoito reais), com a emissão de 1.248.818 (um milhão, duzentas e quarenta e oito mil e oitocentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/73, mediante a conversão de créditos detidos pelas acionistas **Partage Empreendimentos e Participações S.A.** e **Trex Holding Empreendimentos e Participações Ltda.**, contra a Companhia, em decorrência dos AFACs – Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital, realizados até 30 de abril de 2021; e (2) Reeleger os membros da diretoria; e (3) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. V. **Deliberações:** As acionistas aprovaram a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76, tendo sido aprovadas, por unanimidade de votos, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as seguintes matérias: (1) **Aprovação de Aumento do Capital Social:** 1.1. Os acionistas aprovaram o referido aumento de capital na importância de R\$ 1.248.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos e dezoito reais), com a emissão de 1.248.818 (um milhão, duzentas e quarenta e oito mil e oitocentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado nos termos do art. 170, §1º, inciso I, da Lei nº 6.404/76, que são, neste ato, totalmente subscritas pelas acionistas, sendo integralizadas da seguinte forma: 1.1.1. A acionista **Partage Empreendimentos e Participações S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.987.230/0001-59, subscreve e integraliza 936.614 (novecentas e trinta e seis mil e seiscentas e quatorze) novas ações, no valor total R\$ 936.614,00 (novecentos e trinta e seis mil, seiscentos e quatorze reais), em moeda corrente nacional, por meio da utilização dos créditos detidos contra a Sociedade, decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), realizados até 30 de abril de 2021, tudo em conformidade com os termos e condições do Boletim de Subscrição que constitui o **Anexo I**, parte integrante da presente Ata. 1.1.2. A acionista **Trex Holding Empreendimentos e Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede no Município e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjunto 2002, Jardim Paulistano, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.302.560/0001-75, subscreve e integraliza 312.204 (trezentos e doze mil e duzentas e quatro) novas ações, no valor total R\$ 312.204,00 (trezentos e doze mil e duzentos e quatro reais), em moeda corrente nacional, por meio da utilização dos créditos detidos contra a Sociedade, decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs), realizados até 30 de abril de 2021, tudo em conformidade com os termos e condições do Boletim de Subscrição que constitui o **Anexo II**, parte integrante da presente Ata. 1.2. Dessa forma, o capital da Companhia totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$ 1.249.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e dezoito reais), dividido em 1.249.818 (um milhão, duzentas e quarenta e nove mil e oitocentas e dezoito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 1.3. Diante das deliberações acima, os acionistas decidiram alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir as deliberações tomadas, que passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º - O capital social subscrito é de R\$ 1.249.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e dezoito) ações ordinárias, sendo todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. (2) Reeleição dos Membros da Diretoria da Companhia:** 2.1. Os acionistas decidem reeleger, antecipadamente, os atuais membros da diretoria para um mandato unificado de 3 (três) anos, nos termos do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, conforme abaixo: a) Sr. Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 18.454.363, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 285.286.318-93, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 01452-000, para o cargo de Diretor Presidente; b) Sr. Raphael Baptista Netto, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 13.485.777, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 087.793.248-43 com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 01452-000, para o cargo de Diretor Financeiro; e c) Sr. Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 16.720.530-4, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 141.947.048-51, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 20º andar, cj. 2002, Jardim Paulistano, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP: 01452-000, para o cargo de Diretor Adjunto. 2.2. Os Diretores ora eleitos, presentes à Assembleia, declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial a exercer cargos de administração em sociedades empresárias, bem como não estão sujeitos a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando impedidos de exercer o comércio ou a administração da Companhia em virtude de qualquer condenação criminal ou administrativa, firmando os respectivos Termos de Posse, parte integrante da presente ata. **(Anexo III).** 2.3. Os acionistas aprovaram, ainda, a remuneração global anual da administração da Companhia em R\$ 39.600,00 (trinta e sete mil, seiscentos e vinte reais), nos termos do §2º do art. 15º do Estatuto Social da Companhia. (3) **Consolidação do Estatuto Social:** 3.1. Diante das deliberações acima, os acionistas decidiram consolidar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo IV. VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. São Paulo, 02 de setembro de 2021. **Mesa:** **Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista**, Presidente; **Raphael Baptista Netto**, Secretário. **Acionistas:** **Partage Empreendimentos e Participações S.A.**, Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Raphael Baptista Netto; **Trex Holding Empreendimentos e Participações Ltda.**, Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista. JUCESP nº 550.644/21-0 em 19/11/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º** – A **B28 Empreendimentos Imobiliários S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, especialmente pela Lei nº 6.404/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), observados, ainda, os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Artigo 2º** – A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, Sala B, 20º Andar, conjuntos 203 e 204, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000, São Paulo/SP, podendo, por deliberação da Assembleia Geral, criar, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** – A Companhia tem como objeto social (i) a administração, locação, compra e venda de bens imóveis próprios; (ii) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista; e (iii) a realização de empreendimentos imobiliários, loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda, bem como a locação de imóveis, com o objetivo específico de promover a construção e desenvolvimento do Empreendimento Birmann 28, no imóvel urbano situado na Rua Atílio Inocente, nº 28, Bairro Jardim Paulista, no Município de São Paulo, melhor descrito e caracterizado nas matrículas de nºs. 18.706; 81.692; 196.759 (antiga 118.098); 28.162 e 36.894, do 4º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. **Artigo 4º** – O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º** – O capital social subscrito é de R\$ 1.249.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e dezoito reais), dividido em 1.249.818,00 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil e oitocentos e dezoito) ações ordinárias, sendo todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro:** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** As ações de emissão da Companhia somente poderão ser oneradas se observadas os termos do Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Parágrafo Terceiro:** Os aportes de capital e subscrição de novas ações pelos acionistas da Companhia devem observar os termos e condições previstas no Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Capítulo III. Assembleia Geral. Artigo 6º** – A Assembleia Geral constitui órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Artigo 7º** – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses que se seguirem ao encerramento do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **Artigo 8º** – As Assembleias Gerais serão convocadas por qualquer Diretor da Companhia, e o edital de convocação deverá conter, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia, e no caso de reforma do Estatuto, a indicação da matéria. **Artigo 9º** – Observado o disposto nos artigos 125 e 135 da Lei da Sociedade por Ações, a Assembleia Geral será instalada e presidida por acionista escolhido por maioria de voto dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **Parágrafo Único:** Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á preferencialmente na sede da Companhia. Quando houver de realizar-se em outro local, os anúncios indicarão com clareza o local da assembleia. **Artigo 10** – Independente das formalidades previstas no artigo anterior, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 11** – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, Diretor da Companhia ou advogado, nos termos do § 1º, art. 126, da Lei das Sociedades por Ações, desde que tal procurador vote e/ou proceda na forma determinada no Acordo de Acionista arquivado na sede da Companhia. **Artigo 12** – Exceto se quórum diverso for exigido em lei, as deliberações em Assembleias Gerais da Companhia serão aprovadas por maioria absoluta de votos dos acionistas, não sendo computados os votos em branco **Artigo 13** – As atas das Assembleias Gerais poderão ser lavradas em forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo, apenas, as transcrições das deliberações tomadas, observado, para tanto, o disposto nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 130, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo IV. Administração da Companhia. Artigo 14** - A Administração da Companhia compete à Diretoria, composta por 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor Adjunto, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, cujas nomeações deverão ser realizadas em conformidade com as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia **Parágrafo Único:** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus sucessores ou substitutos. O exercício do cargo de Diretor independe da prestação de caução. **Artigo 15** – Em caso de destituição, renúncia, substituição, impedimento temporário ou permanente de qualquer Diretor da Companhia, deverá ser convocada uma Assembleia Geral para eleição do seu substituto nos termos do Acordo de Acionista arquivado na sede da Companhia. **Parágrafo Único:** Considera-se impedimento temporário do Diretor da Companhia, o seu afastamento por prazo não superior a 30 (trinta) dias. **Artigo 16** – Os membros da Diretoria têm amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com o objeto da Companhia. **Artigo 18** – A Companhia obrigará-se: a) pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores; b) pela assinatura conjunta de 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador devidamente constituído pela Companhia, desde que assim previsto no instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; c) pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores, devidamente constituídos pela Companhia, desde que assim previsto nos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que neles se contiverem; e d) pela assinatura individual de 1 (um) Diretor, desde que para atos previamente autorizados pela Diretoria. **Parágrafo Primeiro:** As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas, única e exclusivamente, por 02 (dois) Diretores em conjunto, e com exceção das procurações contendo a cláusula "ad iudicia", que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e sendo permitido o seu subestabelecimento, as demais deverão conter (i) a especificação dos poderes outorgados; (ii) prazo determinado; e (iii) a vedação do seu subestabelecimento. **Parágrafo Segundo** – São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por Diretores, procuradores ou funcionários da Companhia relacionados com negócios e operações que sejam estranhos ao objeto social. **Artigo 18** – A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As Reuniões da Diretoria serão convocadas e presididas por qualquer Diretor, que escolherá outro Diretor para secretariar e lavrar a respectiva ata em livro próprio, que será assinada por todos os Diretores presentes. **Parágrafo Primeiro:** Os avisos de convocação indicarão a ordem do dia e deverão ser entregues aos demais membros da Diretoria com 48 (quarenta e oito) horas, no mínimo, de antecedência, dispensada a observância dessa formalidade quando a reunião contar com a presença da totalidade dos membros da Diretoria. Os avisos serão enviados aos Diretores por fax e/ou por e-mail. **Parágrafo Segundo:** O quórum de instalação das Reuniões de Diretoria, em primeira convocação, será de maioria de seus membros e, segunda convocação, a reunião instalar-se-á com qualquer número. **Parágrafo Terceiro:** As deliberações da Diretoria serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros da Diretoria presentes, sendo vedado o voto por procuração ou representação. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Artigo 19** – O Conselho Fiscal da Companhia terá funcionamento não permanente e somente será instalado mediante pedido de acionistas ou exigência legal, e, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. **Artigo 20** – O funcionamento e a competência do Conselho Fiscal da Companhia, bem como os deveres e as responsabilidades de seus conselheiros, obedecerão às disposições legais pertinentes. **Capítulo VI. Do Exercício Fiscal, Demonstrações Financeiras e da Destinação dos Lucros. Artigo 21** – O exercício social da Companhia tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras. **Artigo 22** – Os acionistas têm direito a um dividendo anual obrigatório, não cumulativo, de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei da Sociedade por Ações. **Parágrafo Primeiro:** A Companhia deverá levantar balancetes trimestrais e poderá levantar balancetes em períodos inferiores, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços. **Parágrafo Segundo:** Nenhum acionista terá direito a qualquer parcela dos lucros registrados ou acumulados até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua destinação. **Parágrafo Terceiro:** Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, que poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII. Cessão e Transferência das Ações. Artigo 23** – As ações de emissão da Companhia não poderão ser vendidas, cedidas, transferidas ou de qualquer outra forma alienadas sem que sejam observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Capítulo VIII. Liquidação, Dissolução e Retirada. Artigo 24** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração, podendo, ainda, instalar o Conselho Fiscal para funcionar durante o período de liquidação. **Capítulo IX. Disposições Finais. Artigo 25** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela assembleia geral e pelo disposto no Acordo de Acionistas da Companhia arquivado em sua sede social, bem como serão regulados de acordo com o que dispõe a legislação aplicável. **Artigo 26** – Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais dúvidas decorrentes da interpretação deste Estatuto Social, bem como ações entre os acionistas ou deles contra a Companhia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. São Paulo, 02 de setembro de 2021.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ nº 13.743.550/0001-42 - NIRE 35300457323

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª (Sexta) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A., Realizada em 22 de Novembro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** realizada em 22 de novembro de 2024, às 15h, de forma exclusivamente digital, com a dispensa de videoconferência em razão da presença da totalidade dos Debenturistas que proferiram os votos via e-mail, e foram arquivados na sede social da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Avenida João Batista Nunes 50, sala 2, quadra G1 B1, Lote GL 1B, parte A, CEP 13288-162, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). 2. **Convocação:** dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 6ª (sexta) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão" respectivamente), nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10.3 da Escritura de Emissão (conforme definida abaixo). 3. **Presença:** presentes Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação ("Debenturistas Presentes") objeto do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sexta Emissão, em Série Única, de Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.", celebrado em 11 de novembro de 2024, entre a Companhia, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") e Ascenty Holding Brasil S.A. ("Escritura de Emissão"). Presentes, ainda, representantes do Agente Fiduciário e da Companhia. 4. **Mesa:** Presidente: Daniela Vieira Bragarbyk; e Secretário: Victor Alencar Pereira, por designação dos Debenturistas Presentes. 5. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar: (i) sobre a isenção do prêmio a ser pago pela Companhia aos Debenturistas no caso do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme previsto na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, desde que observadas as condições para uma Emissão de Debêntures Incentivadas, conforme definida abaixo; e (ii) sobre a autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações eventualmente aprovadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas, incluindo mas não se limitando aos procedimentos previstos na subcláusula 6.1.2 da Escritura. 6. **Deliberações:** nos termos da Cláusula 10.6 da Escritura de Emissão, os Debenturistas Presentes, por unanimidade dos votos, deliberaram por: 6.1 Com relação ao item (i) da Ordem do Dia, aprovar a isenção do prêmio a ser pago pela Companhia aos Debenturistas, previsto na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, caso (i) a Companhia realize uma nova emissão de debêntures cujos recursos sejam destinados a um projeto de investimentos considerado como prioritário nos termos da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada e demais regulamentações aplicadas ("Emissão de Debêntures Incentivadas"), com as mesmas características essenciais desta Emissão, quais sejam: (a) data de vencimento; (b) atualização monetária; (c) remuneração; e (d) cronograma de pagamento da remuneração e amortização do valor nominal unitário (ressalvadas os pagamentos já vencidos até a liquidação de tal nova emissão); e (ii) a Emissão de Debêntures Incentivadas seja estruturada e coordenada pelo Itaú BBA Assessoria Financeira S.A. ("Itaú BBA") ou por sociedade do grupo econômico do Itaú BBA; 6.1.1 Em razão da deliberação aprovada no item 6.1 acima, caso a Companhia realize o Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, posteriormente à realização de uma Emissão de Debêntures Incentivadas, o valor devido pela Companhia em razão do Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, calculado *pro temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures Atualizado (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures Atualizado, conforme o caso), sem qualquer prêmio ou penalidade. 6.2 Com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, aprovar a autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas. 7. **Esclarecimentos:** 7.1 Termos utilizados nesta Assembleia Geral de Debenturistas iniciados por letra maiúscula e que não estiverem aqui definidos têm os respectivos significados que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. 7.2 Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, e artigo 71, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 7.3 As deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas estão restritas apenas ao aqui disposto e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão, ou impedirão, restringirão e/ou limitarão o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão, exceto pelo deliberado nesta Assembleia Geral de Debenturistas, nos exatos termos acima. 7.4 Ficam ratificados todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não foram objeto das deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas. 7.5 A Companhia atesta que a presente assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Resolução CVM 81, em especial seu artigo 71. 7.6 As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretirável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada pelos presentes e assinada pelos integrantes da mesa, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário, na forma prevista no artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81. Vinhedo, 22 de novembro de 2024. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Daniela Vieira Bragarbyk - Presidente; Victor Alencar Pereira - Secretário. Companhia: Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. - Nome: Gilson Roberto Granzier - Cargo: Vice-Presidente de Projetos Especiais; Nome: Werner Romera Suffert - Cargo: Vice-Presidente de Finanças. Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Nome: Edigard Machado Macedo - Cargo: Procurador. JUCESP nº 435.747/24-1 em 09/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ nº 13.743.550/0001-42 - NIRE 35300457323

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª (Sétima) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, de Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A., Realizada em 22 de Novembro de 2024

1. **Data, Hora e Local:** realizada em 22 de novembro de 2024, às 15h, de forma exclusivamente digital, com a dispensa de videoconferência em razão da presença da totalidade dos Debenturistas que proferiram os votos via e-mail, e foram arquivados na sede social da Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Avenida João Batista Nunes 50, sala 2, quadra G1 B1, Lote GL 1B, parte A, CEP 13288-162, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). 2. **Convocação:** dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos titulares das debentures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional fidejussória, em série única, da 7ª (sétima) emissão da Companhia ("Debenturistas", "Debêntures" e "Emissão" respectivamente), nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Cláusula 10.3 da Escritura de Emissão (conforme definida abaixo). 3. **Presença:** presentes Debenturistas titulares de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação ("Debenturistas Presentes") objeto do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Adicional Fidejussória, da Sétima Emissão, em Série Única, de Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.", celebrado em 11 de novembro de 2024, entre a Companhia, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") e Ascenty Holding Brasil S.A. ("Escritura de Emissão"). Presentes, ainda, representantes do Agente Fiduciário e da Companhia. 4. **Mesa:** Presidente: Daniela Vieira Bragarbyk; e Secretário: Victor Alencar Pereira, por designação dos Debenturistas Presentes. 5. **Ordem do Dia:** examinar, discutir e deliberar: (i) sobre a isenção do prêmio a ser pago pela Companhia aos Debenturistas no caso do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme previsto na Cláusula 6.1 da Escritura de Emissão, desde que observadas as condições para uma Emissão de Debêntures Incentivadas, conforme definida abaixo; e (ii) sobre a autorização para que o Agente Fiduciário e a Companhia pratiquem todos os atos, tomem todas as providências e adotem todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações aprovadas nesta Assembleia Geral de Debenturistas. 7. **Esclarecimentos:** 7.1 Termos utilizados nesta Assembleia Geral de Debenturistas iniciados por letra maiúscula e que não estiverem aqui definidos têm os respectivos significados que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão. 7.2 Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, e artigo 71, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 7.3 As deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas estão restritas apenas ao aqui disposto e não serão interpretadas como renúncia de qualquer direito dos Debenturistas e/ou deveres da Companhia, decorrentes de lei e/ou da Escritura de Emissão, ou impedirão, restringirão e/ou limitarão o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão, exceto pelo deliberado nesta Assembleia Geral de Debenturistas, nos exatos termos acima. 7.4 Ficam ratificados todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não foram objeto das deliberações desta Assembleia Geral de Debenturistas. 7.5 A Companhia atesta que a presente assembleia foi realizada atendendo a todos os requisitos, orientações e procedimentos, conforme determina a Resolução CVM 81, em especial seu artigo 71. 7.6 As partes reconhecem que as declarações de vontade das partes mediante assinatura digital presumem-se verdadeiras em relação aos signatários quando é utilizado o processo de certificação disponibilizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As Partes reconhecem, de forma irrevogável e irretirável, a autenticidade, validade e a plena eficácia da assinatura por certificado digital, para todos os fins de direito. 8. **Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada pelos presentes e assinada pelos integrantes da mesa, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário, na forma prevista no artigo 76, § 2º, da Resolução CVM 81. Vinhedo, 22 de novembro de 2024. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio. Daniela Vieira Bragarbyk - Presidente; Victor Alencar Pereira - Secretário. Companhia: Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A. - Nome: Gilson Roberto Granzier - Cargo: Vice-Presidente de Projetos Especiais; Nome: Werner Romera Suffert - Cargo: Vice-Presidente de Finanças. Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Nome: Edigard Machado Macedo - Cargo: Procurador. JUCESP nº 435.748/24-5 em 09/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Monexi Securitizadora S.A.

CNPJ nº 57.820.529/0001-79

Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão Privada de Debêntures Simples

Pelo presente instrumento particular, **Monexi Securitizadora S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 57.820.529/0001-79, com sede na Rua Tuiuti, 922, sala 03, cidade de Americana, Estado de São Paulo, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE 3530064969-9, doravante denominada **Emissora**; vem, na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura Particular de 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições: **I – Da Autorização:** A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada através da 1ª Assembleia Geral Extraordinária da **Emissora**, realizada em 21/11/2024. **II – Dos Requisitos:** A emissão das debêntures simples será realizada com observância dos seguintes requisitos: **1) Arquivamento da Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária:** A Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 21/11/2024, que deliberou sobre a emissão privada das debêntures e aprovou as suas características gerais, deverá ser arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **2) Registro da Escritura de Emissão:** A presente Escritura de Emissão, por instrumento particular, será registrada no Registro do Comércio do Estado da **Emissora**, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76. A Escritura de Emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma vez que as debêntures e suas respectivas séries, conforme abaixo definida, serão objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, bem assim não serão objeto de colocação em mercado de negócios/público. **III – Do Título e sua Emissão:** As debêntures, cujas condições gerais e características seguem abaixo transcritas, serão emitidas observando-se o seguinte: **1) Quantidade de Debêntures a serem Emitidas:** Será emitido um total de **20 mil debêntures simples** não conversíveis em ações. **2) Número de Séries:** A emissão será realizada em 7 séries. **3) Modo e Prazo para Subscrição e Integralização:** **3.1)** As debêntures serão integralizadas no prazo de **120 meses**, em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a emissora, no ato da subscrição, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras avenças. **3.2)** As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 120 meses, contados a partir de 21/11/2024. **4) Data de Início da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de início da emissão das debêntures será o dia 21/11/2024. **5) Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** Na data de início da emissão prevista no item 3, as debêntures desta emissão terão o valor nominal unitário de **R\$ 1.000,00** na data da emissão, perfazendo o montante de **R\$ 20.000.000,00** na data da emissão. A emissão será realizada em 7 novas séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocada a cada série definido de acordo com a demanda de debêntures. **6) Forma:** As debêntures terão a forma nominativa, não endossável com emissão de cautela. **7) Modalidade:** Simples, não conversíveis em ações. **8) Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da **carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber** de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios. As garantias ora assumidas pela emissora serão objeto de ajustes diários de posição contemplando o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures, juros moratórios, bem como quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretroatável, para todos os efeitos legais. **9) Vencimento das Debêntures:** As debêntures desta emissão, vencerão no prazo de **120 meses**, contados a partir da data de emissão estabelecida no item 4, ou seja, vencerão em 21/11/2034, data em que a **Emissora** deverá pagar ao(s) debenturista(s) o respectivo valor nominal, devidamente atualizado de acordo com o estabelecido no item 11. **10) Colocação:** O lançamento das debêntures será privado, sem a intermediação de Instituição Financeira. **11) Preço de Integralização:** O preço unitário para integralização das debêntures desta emissão deverá ter o seu valor nominal fixado em R\$ 1.000,00, atualizado diariamente calculados a partir de 21/11/2024 até as datas das respectivas integralizações. **12) Base de Remuneração (exemplos):** As bases das remunerações do valor unitário das debêntures serão: **a)** A base de remuneração da 1ª série será de **1%**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias. **b)** A base de remuneração da 2ª série será de **1,2%**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 90 dias. **c)** A base de remuneração da 3ª série será de **1,5%**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 120 dias. **d)** A base de remuneração da 4ª série será de **120% do C.D.I.**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 3 meses. **e)** A base de remuneração da 5ª série será de **140% do C.D.I.**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 6 meses. **f)** A base de remuneração da 6ª série será de **150% do C.D.I.**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 12 meses. **g)** A base de remuneração da 7ª série será de **160% do C.D.I.**, expressa na forma de percentual ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência de 12 meses. **13) Dos Pagamentos/Resgate:** Os pagamentos a que fizerem jus os debenturistas serão efetuados pela **Emissora** preferencialmente através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s), a ser indicada(s) pelo(s) mesmo(s), estando a **Emissora** expressamente admitida na retenção de valores devidos a qualquer empresa do grupo e ou parceiros. **13.1)** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação desta emissão até o 1º dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no Município de Americana/SP, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, dos valores a serem pagos. **13.2.)** A remuneração poderá ser paga mensalmente, trimestralmente, semestralmente, anualmente e/ou no final do período, sendo que a periodicidade do pagamento da remuneração poderá ser fixada entre a **Emissora** e o **Debenturista**. **13.3.)** O resgate de todas as séries de debêntures desta emissão poderá ser solicitada em prazo inferior ao prazo de vencimento das mesmas, todavia, **exclusivamente após o cumprimento do período obrigatório de permanência**, isto é, e tendo observado que o pagamento será realizado no prazo de até **90 dias**. **13.4)** Quando solicitado o resgate das debêntures de todas as séries pelo **Debenturista**, em prazo inferior àquele estabelecido como obrigatório, a remuneração poderá ser limitada a **50% do montante originalmente previsto**, a critério da **Emissora**. **14) Amortizações:** Fica estabelecido que a critério da diretoria, devidamente formalizado, poderão, dentro do período de vencimento das debêntures, ocorrer amortizações mensais e/ou periódicas da remuneração. **15) Juros Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atrasos ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito, além dos juros remuneratórios, tal como estabelecido no item 11, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial. **16) Aquisição Facultativa:** A **Emissora** poderá a qualquer tempo adquirir debêntures desta emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado na forma prevista no item 11, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser novamente colocadas em circulação. **16.1)** Na hipótese da **Emissora** proceder à aquisição facultativa das debêntures desta emissão que estejam em circulação, o respectivo pagamento será efetuado pela **Emissora** preferencialmente através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s). **17) Vencimento Antecipado:** Declarar-se-á antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela **Emissora** do valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos: **17.1)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**, cujo valor global ultrapasse R\$ 5.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela **Emissora**, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 dias de sua ocorrência; **17.2)** pedido de recuperação extrajudicial e/ou judicial formulado pela **Emissora** ou por qualquer credor; **17.3)** decretação de falência da **Emissora**; **17.4)** falta de cumprimento, pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado; **17.5)** vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual e cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **Emissora**, previstas nesta Escritura de Emissão. **18) Publicidade:** Todos os atos societários e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornais de grande circulação da sede da **Emissora**. **19) decadência dos direitos aos debenturistas:** Os direitos a juros moratórios decaem na hipótese de não comparecimento para recebimento pelos debenturistas desta emissão, dos valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da **Emissora**, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado previamente publicado. **IV – Obrigações Adicionais e Declarações da Emissora:** A **Emissora** está adicionalmente obrigada a: **1)** fornecer aos debenturistas: **1.1)** dentro de no máximo 60 dias após o término de cada trimestre de seu exercício social, cópia das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas relativas a esse período; **1.2)** dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, as Demonstrações Contábeis completas referentes ao período, conforme exigências da legislação aplicável; e **1.3)** imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada. **2)** permitir que representantes dos **Debenturistas**, legalmente constituído e contratado e previamente indicado, visitem as dependências onde sejam conduzidos os negócios da **Emissora** e que tenham acesso aos seus livros e registros contábeis. **3)** não pagar dividendos, salvo o disposto no artigo 202, da lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 dias em mora relativamente ao pagamento da remuneração relativa às debêntures objeto da presente Escritura de Emissão, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora. **4)** manter em adequado funcionamento o serviço de atendimento aos debenturistas, com o objetivo de assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição(s) financeira(s) autorizada(s) a prestar esse serviço. **5)** manter seus bens adequadamente seguros, conforme práticas correntes. **6)** não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes. A **Emissora** declara e garante, sem qualquer ressalva ou restrição e sob as penas da Lei: **1)** ser uma Sociedade devidamente constituída e com existência válida, de acordo com as leis vigentes no Brasil, e que obteve todas as autorizações societárias necessárias para celebrar os negócios objeto deste instrumento e emitir as debêntures; **2)** que os signatários desta Escritura de Emissão e de todos os documentos a ela anexos estão devidamente autorizados a representá-la. **V – Da Renúncia:** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. **VI – Da Assembleia dos Debenturistas:** **1)** Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura de Emissão poderão a qualquer tempo reunir-se em Assembleia Geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas; **2)** A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada pela **Emissora**, ou por debenturista(s) que represente(m), no mínimo, 30% das debêntures em circulação; **3)** Aplica-se à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6. 404/76 para a Assembleia Geral de Acionistas; **4)** A Assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e em segunda convocação com qualquer número. A presidência da Assembleia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes; **5)** Na hipótese da Assembleia não ter sido convocada por debenturistas, o mesmo deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas; **6)** Nas deliberações da Assembleia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não; e **7)** Para efeito da constituição do “quorum” a que se refere este item, serão excluídas do número de debêntures as pertencentes à **Emissora**. **VII – Do Foro:** Fica eleito o foro da Comarca de Americana/SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão. E por estarem justos e contratados, assinam a presente Escritura de Emissão em 03 vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 testemunhas que também a assinam. Americana, 21/11/2024. **Monexi Securitizadora S/A, Paulo César Barbudo**, Diretor Presidente; **Orbix Brasil Participações Ltda.** representada por **Orjana Meneghetti Barbudo**; Acionista: **Karat Serviços Especializados Ltda.** representada por **Orjana Meneghetti Barbudo**, Acionista. JUCESP nº E0006277-7/000 em 03/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Monexi Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 57.820.529/0001-79 - NIRE 3530064969-9

Ata da 1ª Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: Aos 21 dias do mês de novembro do ano de 2024, às 10:00 horas, na sede social localizada na Rua Tuiuti, 922, sala 03, cidade de Americana, Estado de São Paulo. **Convocação:** sendo dispensada a convocação, nos termos do Parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76, face a presença confirmada de todos os acionistas. **Presença:** esteve neste ato o acionista da sociedade, representando a totalidade do capital social da **Monexi Securitizadora S.A.: Orbix Brasil Participações Ltda.** representada por **Orjana Meneghetti Barbudo** e **Karat Serviços Especializados Ltda.** representada por **Orjana Meneghetti Barbudo**. Para presidir a Assembleia foi eleito por unanimidade o Sr. **Paulo César Barbudo**, que aceitando a incumbência convidou a mim, Fabiano de Araújo Vieira, para secretariá-lo, no que aceitei, assim constituindo a mesa e dando início aos trabalhos. **Ordem do dia:** **I** – Análise da proposta da Diretoria da Sociedade para primeira emissão de debêntures privada e fixação das características das debêntures a serem emitidas e autorização para a Diretoria da Sociedade e celebrar a respectiva Escritura de Emissão e **II** – Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberação:** **I** – O Sr. Presidente pôs em votação a análise da proposta da diretoria para nova emissão de 20.000 debêntures simples, no montante de R\$ 20.000.000,00, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 cada uma, sendo aprovada pelos acionistas por unanimidade a referida emissão tendo as seguintes características: **1) Quantidade de Debêntures a serem Emitidas:** Será emitido um total 20.000 debêntures simples. **2) Número de Séries:** A emissão será realizada em 7 séries. **3) Modo e Prazo para Subscrição e Integralização:** **3.1)** As debêntures serão integralizadas no prazo de 120 meses, em moeda corrente ou em créditos possuídos pelos subscritores contra a emissora, no ato da subscrição, nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras avenças. **3.2)** As debêntures deverão ser subscritas no prazo máximo de 120 meses, contados a partir de 21/11/2024. **4) Data de Início da Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de início da emissão das debêntures será o dia 21/11/2024. **5) Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão:** Na data de início da emissão prevista no item 4, as debêntures desta emissão terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 20.000.000,00 na data da emissão. A emissão será realizada em 7 novas séries. **6) Forma:** As debêntures terão a forma nominativa, não endossável com emissão de cautela. **7) Modalidade:** Simples, não conversível em ações. **8) Espécie:** As debêntures serão da espécie subordinada, tendo como principal garantia direitos creditórios da carteira de ativos da emissora representados por créditos a receber de pessoas físicas e jurídicas adquiridos nos termos do Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e outras Avenças firmados entre a emissora e os originadores dos direitos creditórios. As garantias ora assumidas pela emissora serão objeto de ajustes diários de posição contemplando o pagamento do Valor Nominal Unitário atualizado das debêntures, juros moratórios, bem como quaisquer encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, sendo esta fiança irrevogável e irretroatável, para todos os efeitos legais. **9) Vencimento das Debêntures:** As debêntures desta emissão, vencerão no prazo de 120 meses, contados a partir da data de emissão estabelecida no item 4, ou seja, vencerão em 21/11/2034, data em que a **Emissora** deverá pagar ao(s) debenturista(s) o respectivo valor nominal, devidamente atualizado de acordo com o estabelecido no item 12. **10) Colocação:** O lançamento das debêntures será privado, sem a intermediação de Instituição Financeira. **11) Preço de Integralização:** O preço unitário para integralização das debêntures desta emissão deverá ter o seu valor nominal fixado em R\$ 1.000,00, atualizado diariamente calculados a partir de 21/11/2024 até as datas das respectivas integralizações. **12) Base de Remuneração:** a) da **1ª série** será de 1% ao mês, base 30 dias; b) da **2ª série** será de 1,2% ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 90 dias; c) da **3ª série** será de 1,5% ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 120 dias; d) da **4ª série** será de 120% do C.D.I., ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 3 meses; e) da **5ª série** será de 140% do C.D.I., ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 6 meses; f) da **6ª série** será de 150% do C.D.I., ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 12 meses; g) da **7ª série** será de 160% do C.D.I., ao mês, base 30 dias, com obrigatoriedade de permanência mínima de 12 meses. **13) Dos Pagamentos:** Os pagamentos a que fizerem jus os debenturistas serão efetuados pela **Emissora** preferencialmente através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s), a ser indicada(s) pelo(s) mesmo(s), estando a **Emissora** expressamente admitida na retenção de valores devidos a qualquer empresa do grupo e ou parceiros. **13.1.)** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação desta emissão até o 1º dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no Município de Americana/SP, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, dos valores a serem pagos. **13.2.)** A remuneração poderá ser paga mensalmente, trimestralmente, semestralmente, anualmente e/ou no final do período, sendo que a periodicidade do pagamento da remuneração poderá ser fixada entre a **Emissora** e o **Debenturista**. **13.3.)** O resgate de todas as séries de debêntures desta emissão poderá ser solicitada em prazo inferior ao prazo de vencimento das mesmas, todavia, exclusivamente após o cumprimento do período obrigatório de permanência, isto é, e tendo observado que o pagamento será realizado no prazo de até 90 dias. **13.4)** Quando solicitado o resgate das debêntures de todas as séries pelo **Debenturista**, em prazo inferior àquele estabelecido como obrigatório, a remuneração poderá ser limitada a 50% do montante originalmente previsto, a critério da **Emissora**. **14) Amortizações:** Fica estabelecido que a critério da diretoria, devidamente formalizado, poderão, dentro do período de vencimento das debêntures, ocorrer amortizações do valor principal da dívida. **15) Juros Moratórios:** Ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atrasos ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% ao mês e multa não compensatória de 2% sobre o valor do débito, além dos juros remuneratórios, tal como estabelecido no item 11, calculados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial. **16) Aquisição Facultativa:** A **Emissora** poderá a qualquer tempo adquirir debêntures desta emissão que estejam em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado na forma prevista no item 11, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55, da Lei nº 6.404/76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser novamente colocadas em circulação. **16.1)** Na hipótese da **Emissora** proceder à aquisição facultativa das debêntures desta emissão que estejam em circulação, o respectivo pagamento será efetuado pela **Emissora** preferencialmente através de depósito em conta(s) corrente(s) bancária(s) em nome do(s) debenturista(s). **17) Vencimento Antecipado:** Declarar-se-á antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o imediato pagamento pela **Emissora** do valor nominal atualizado, acrescido de juros remuneratórios até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos: **17.1)** protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **Emissora**, cujo valor global ultrapasse R\$ 5.000.000,00, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela **Emissora**, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 dias de sua ocorrência; **17.2)** pedido de recuperação extrajudicial e/ou judicial formulado pela **Emissora** ou por qualquer credor; **17.3)** decretação de falência da **Emissora**; **17.4)** falta de cumprimento, pela **Emissora** de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada em 30 dias, contados a partir da data do recebimento do aviso escrito que lhe for enviado; **17.5)** vencimento antecipado de qualquer dívida da **Emissora** em razão de inadimplência contratual e cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **Emissora**, previstas nesta Escritura de Emissão. **18) Publicidade:** Todos os atos societários e decisões decorrentes desta emissão que de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornais de grande circulação da sede da **Emissora**. **19) Decadência dos Direitos aos Debenturistas:** Os direitos a juros moratórios decaem na hipótese de não comparecimento para recebimento pelos debenturistas desta emissão, dos valores correspondentes a quaisquer das obrigações pecuniárias da **Emissora**, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado previamente publicado. **II** – Sr. Presidente ofereceu a palavra aos presentes para tratarem de assuntos de interesse social e, como ninguém se manifestou, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata foi lida e, de forma unânime, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizaram sua publicação sem as suas assinaturas, conforme Artigo 130, Parágrafo Segundo, da Lei 6.404/76. Na qualidade de Presidente e Secretário da Assembleia, declaramos que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio, Americana/SP, 21/11/2024. Paulo Cesar Barbudo, Presidente de Mesa; Fabiano de Araújo Vieira, Secretário da Mesa. JUCESP nº 427.616/24-4 em 03/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Rock Encantech Ltda.

CNPJ/MF nº 55.407.980/0001-33 – NIRE 35.264.077.643

Instrumento Particular de 2ª Alteração do Contrato Social e de Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações

Pelo presente instrumento particular, **Dalpe Gestão e Participações Ltda.**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.320.642/0001-90, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.235.588.171, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 2º andar, Sala A, Brooklin Novo, CEP 04571-090, neste ato representada por **Alfredo Egydio Arruda Villela Filho**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.759.083-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.530.838-88, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, 102, 2º andar, Cidade Monções, CEP 04571-090 e **Daniel Vieira da Costa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 13.525.327-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.547.288-07, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, 102, 2º andar, Cidade Monções, CEP 04571-090; única sócia da sociedade empresária limitada denominada **Rock Encantech Ltda.**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 2º andar, Sala D, Cidade Monções, CEP 04571 921, inscrita no CNPJ/MF sob nº 55.407.980/0001-33, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.264.077.643, ("Sociedade"), e ainda, **Carlos Rodrigo Formigari**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.345.528-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 115.534.128-77, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda das Embaúbas, 365 – Residencial Genesis II, Colinas da Anhanguera, CEP 06542-195, **Resolvem** promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, nos termos do artigo 1.072, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), de acordo com os termos e condições abaixo: 1. **Aprovar**, sem quaisquer restrições, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil e 220 a 222 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), sendo que, para todos os fins de direito, a sociedade continuará a existir juridicamente, sem interrupção ou solução de continuidade, permanecendo válidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades que a ela cabiam ("Transformação"). 2. Em decorrência da Transformação aprovada acima: 2.1. Aprovar a alteração da denominação social da Sociedade de "**Rock Encantech Ltda.**" para "**Rock Encantech S.A.**" ("Companhia"). 2.2. **Aprovar** a conversão da totalidade das 55.010.000 (cinquenta e cinco milhões e dez mil) quotas do capital social em 55.010.000 (cinquenta e cinco milhões e dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas à acionista **Dalpe Gestão e Participações Ltda.** 2.3. Fazer constar que, do valor total do capital subscrito, no montante de R\$ 55.010.000,00 (cinquenta e cinco milhões e dez mil reais), R\$ 40.010.000,00 (quarenta milhões e dez mil reais) estão totalmente integralizados, em moeda corrente do país, e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) serão integralizados em até 12 (doze) meses a contar de 30/07/2024, em moeda corrente nacional. 3. Estando mais de 2/3 (dois terços) do capital social devidamente integralizados, aprovar a emissão de 4.783.478 (quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de aproximadamente R\$ 0,0002090529 por ação, totalizando um preço de emissão total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), fixado nos termos do artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., com o consequente aumento de capital social da Companhia de R\$ 55.010.000,00 (cinquenta e cinco milhões e dez mil reais), para R\$ 55.011.000,00 (cinquenta e cinco milhões e onze mil reais), dividido em 59.793.478 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. 3.1. **Aprovar** que as 4.783.478 (quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ora emitidas sejam totalmente subscritas nesta data, pelo acionista ora admitido **Carlos Rodrigo Formigari**, as quais são por ele integralizadas em moeda corrente nacional nesta data, tudo nos termos do Boletim de Subscrição anexo à presente como **Anexo I**. 4. Em decorrência da Transformação e admissão de novo acionista, **aprovar** o Estatuto Social da Companhia que, já consolidado e refletindo todas as deliberações tomadas acima e a seguir, passa a fazer parte integrante deste instrumento na qualidade de **Anexo II** ("Estatuto Social"). 5. Nos termos do Estatuto Social ora aprovado, eleger como Diretores da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2026 para deliberar sobre as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os senhores: **Carlos Rodrigo Formigari**, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.345.528-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 115.534.128-77, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda das Embaúbas, 365 – Residencial Genesis II, Colinas da Anhanguera, CEP 06542-195, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; e **Daniel Vieira da Costa**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 13.525.327-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 085.547.288-07, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, 102, 2º andar, Cidade Monções, CEP 04571-090, para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia. 5.1. Os Diretores ora eleitos tomam posse em seus cargos mediante à assinatura de seus respectivos termos de posse, que integram a presente como **Anexo III**, e declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. 6. A remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício social corrente, será fixada oportunamente pelos acionistas em Assembleia Geral, observado o disposto na legislação aplicável e no estatuto social que ora passa a reger a Companhia. 7. A Companhia altera o endereço da sede passando da Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 2º andar, Sala D, Cidade Monções, CEP 04571-921 para Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 4º andar, conj. 41, Cidade Monções, CEP 04571-921. 8. Por fim, **autorizar** a Diretoria a praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento das formalidades complementares à transformação em sociedade por ações, nos termos do artigo 94 e seguintes da Lei das S.A. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor/eletronicamente, para que sejam produzidos os efeitos jurídicos, fáticos e legais. São Paulo, SP, 16 de outubro de 2024. Acionistas: **Dalpe Gestão e Participações Ltda.** p. Alfredo Egydio Arruda Villela Filho e Daniel Vieira da Costa – Sócios/Administradores; **Carlos Rodrigo Formigari**. Diretores eleitos: Daniel Vieira da Costa; Carlos Rodrigo Formigari. Advogado responsável: Nome: Flavia Maria de Moraes Geraigire OAB/SP 155879. **Estatuto Social da Rock Encantech S.A. Capítulo I – Denominação, Sede, Foro, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Companhia tem a denominação de **Rock Encantech S.A.** e utilizará a denominação fantasia **Rock** (a "**Companhia**"), e se regerá pelo disposto neste Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.") e demais regras legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sansão Alves dos Santos, nº 102, 4º andar, conj. 41, Cidade Monções, CEP 04571-921, podendo abrir, manter e fechar filiais, quando e onde convier por deliberação da diretoria. **Parágrafo Único:** Por deliberação em Assembleia Geral a Companhia poderá abrir filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto: a) Portal virtual para veiculação e divulgação de Marcas, produtos e outros materiais (CNAE 6319-4/00); b) Locação de espaço publicitário (CNAE 7312-2/00); c) Intermediação de negócios (CNAE 7490-1/04); d) Licenciamento de softwares, plataformas de computação customizável, marketing direto (CNAE 6202-3/00); e) Serviços de programa de fidelidade (Clube) (CNAE 8299-7/99); e f) Participação em Sociedades como quotista ou acionista (CNAE 6463-8/00). **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital é de R\$ 55.011.000,00 (cinquenta e cinco milhões e onze mil reais), dividido em 59.793.478 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que R\$ 40.011.000,00 (quarenta milhões e onze mil reais) estão totalmente subscritos e integralizados, em moeda corrente do país e R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) serão integralizados em até 12 (doze) meses, a contar de 30/07/2024, em moeda corrente do país. **Parágrafo Único:** Cada ação ordinária conferirá ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável. **Capítulo III – Assembleias Gerais. Artigo 6º.** As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias. As Assembleias Gerais ordinárias realizar-se-ão nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, as extraordinárias, sempre que houver necessidade, observados os dispositivos estatutários e legais referentes à convocação, instalação, deliberações e demais prescrições legais pertinentes. **Artigo 7º.** A Assembleia Geral da Companhia será presidida pelo Diretor Presidente. Na hipótese de ausência ou impedimento do Diretor Presidente, a Assembleia Geral será presidida por qualquer Diretor da Companhia presente escolhido pelos acionistas. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral, em qualquer caso, escolher o Secretário da Mesa dentro os presentes à reunião. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral, com as funções e atribuições previstas em lei, reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses subsequentes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme

alterada ("Lei das S.A.") e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Artigo 9º.** A assembleia Geral da Companhia será convocada pelas pessoas indicadas no artigo 123 da Lei das S.A. conforme procedimentos previstos no artigo 124 da Lei das S.A. Ainda, a Assembleia Geral será instalada conforme previsto na Lei das S.A. **Parágrafo único:** Será considerada regular aquela Assembleia à qual comparecem todos os Acionistas, dispensando-se assim a convocação prévia. **Artigo 10.** Os acionistas da Companhia poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista da Companhia, diretor da Companhia ou advogado do Acionista ausente. **Parágrafo único:** A prova da representação deverá ser depositada na sede da Companhia até o momento da abertura dos trabalhos da Assembleia. **Artigo 11.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. serão tomadas por acionistas titulares da maioria absoluta das ações com direito a voto. **Artigo 12.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos Acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Parágrafo Primeiro:** A ata pode ser lavrada na forma de sumário dos fatos, inclusive dissidências e protestos. **Parágrafo Segundo:** Salvo deliberação em contrário da Assembleia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos Acionistas. **Capítulo IV – Administração. Artigo 13.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta e que atuará de acordo com as disposições deste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado em livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, dispensada qualquer garantia de gestão. **Parágrafo Segundo:** Os Diretores permanecerão no exercício de suas funções, estendendo-se o prazo de mandato, até a eleição e posse de seus substitutos. **Parágrafo Terceiro:** A remuneração global da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, obedecido o disposto no caput do Artigo 152 da Lei das S.A., cabendo a Assembleia Geral deliberar sobre a respectiva distribuição. **Seção I – Diretoria. Artigo 14.** A Diretoria será composta por 2 (dois) diretores, dos quais um será designado Diretor Presidente e um será designado Diretor Financeiro que atuarão de acordo com as regras do Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro:** Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício dos cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo Segundo:** Em caso de vacância ou renúncia de um Diretor, uma Assembleia Geral será convocada no prazo de até 30 (trinta) dias para deliberar sobre a eleição de um Diretor substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo remanescente do mandato do Diretor substituído. **Artigo 15.** Os Diretores serão responsáveis pelas operações e atividades da Companhia para cumprimento do seu objeto social e execução do Plano de Negócios e Orçamentos, sendo responsáveis por todos os assuntos relativos ao dia a dia da Companhia e pela prática de todo e qualquer ato ou medidas para cumprimento e implementação do objeto social da Companhia. Suas atribuições incluem a prática de todo e qualquer ato ou medida não expressamente atribuído às Assembleias Gerais, conforme previsto por lei e/ou neste Estatuto Social. **Artigo 16.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas por quaisquer dos seus membros, por escrito, com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação das matérias que serão objeto de deliberação e quaisquer documentos necessários a estas discussões. As matérias discutidas em qualquer reunião serão limitadas ao conteúdo da pauta estabelecida para aquela reunião. Independentemente das formalidades de convocação para reuniões de Diretoria previstas neste Artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os membros da Diretoria ou quando esses estiverem representados ou tiverem enviado seus votos de acordo com o Artigo 18 abaixo. **Artigo 17.** As reuniões de Diretoria ocorrerão na Cidade de São Paulo, na sede da Companhia ou em local a ser informado no instrumento de convocação. As reuniões de Diretoria poderão ser gravadas e realizadas por teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação, a participação e o registro do voto dos membros da Diretoria, desde que todos os Diretores tenham cópias dos documentos que serão apresentados e/ou discutidos na reunião. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico enviado aos demais membros da Diretoria. **Artigo 18.** A representação da Companhia, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, e perante terceiros e quaisquer órgãos ou autoridades governamentais federais, estaduais e municipais caberá sempre a 2 (dois) Diretores em conjunto. **Parágrafo Único:** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto, e não poderão ter prazo superior a 1 (um) ano, salvo aquelas para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. As procurações deverão conter uma descrição dos poderes especiais e específicos outorgados aos procuradores. **Artigo 19.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados por órgão competente ou pela Assembleia Geral. **Artigo 20.** Nos atos de representação da Companhia perante terceiros, o(s) Diretor(es) e procuradores observarão as restrições e vedações contidas no presente instrumento. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente, composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro:** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seu membros na primeira reunião do órgão após sua instalação. **Parágrafo Segundo:** A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, será feita mediante a assinatura de termo respectivo lavrado em livro próprio. **Parágrafo Terceiro:** Os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão aderir às Políticas vigentes da Companhia, mediante assinatura dos termos de adesão aplicáveis. **Parágrafo Quarto:** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição de Lucros. Artigo 22.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Primeiro:** Ao término de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras exigidas pela legislação vigente. **Parágrafo Segundo:** Dos resultados positivos do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; e (ii) a provisão para pagamento do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. **Artigo 23.** O lucro líquido apurado terá a destinação aprovada em Assembleia Geral, de acordo com a Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro:** Somente após o fim do exercício social de 2025, ou seja, a partir de 2026, a Companhia passará a distribuir dividendos, sendo que o dividendo mínimo obrigatório será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a Lei das S.A., exceto definição em contrário em Assembleia Geral. **Parágrafo Segundo:** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecido ao disposto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro:** A Assembleia Geral Ordinária poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao previsto neste Artigo ou a retenção de todo o lucro, obedecido o disposto no inciso II, parágrafo 3º, do artigo 202 da Lei das S.A. **Parágrafo Quarto:** O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, nos termos da lei. **Artigo 24.** Observadas as disposições previstas na legislação aplicável, bem como aquelas contidas no presente Estatuto Social, todo e qualquer pagamento realizado pela Companhia aos seus respectivos acionistas, a título de juros sobre capital próprio, líquido dos tributos de fonte incidentes (imposto de renda retido na fonte), será devidamente descontado dos valores devidos pela Companhia aos seus respectivos acionistas a título de pagamento de dividendos, sendo tais valores imputados aos dividendos declarados e pagos pela Companhia (inclusive ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos no artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995). **Artigo 25.** A Companhia poderá, a qualquer tempo e por deliberação da Assembleia Geral, (i) levantar balanços e demonstrações financeiras intercalares, mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as limitações previstas no artigo 204 da Lei das S.A.; ou (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos intermediários serão deduzidos do montante dos dividendos obrigatórios devidos aos acionistas ao encerramento de cada exercício social. **Capítulo VII – Extinção e Liquidação da Companhia. Artigo 26.** Termina a existência da pessoa jurídica pela ocorrência dos fatos previstos em lei como suficientes para ocasionar sua dissolução, de pleno direito ou contenciosa ou por resolução dos acionistas. **Artigo 27.** Declarada ou decretada a dissolução, será convocada uma Assembleia Geral, por carta com recibo na cópia ou, por carta remetida com Aviso de Recebimento, expedida com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a fim de que a reunião de acionistas eleja um liquidante para efetuar a liquidação do patrimônio social. Pagas as dívidas passivas e cobradas as ativas, convocará o liquidante outra reunião para aprovar ou rejeitar o plano de partilha, entregando-se aos acionistas os valores apurados. **Capítulo VIII – Disposições Finais. Artigo 29.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 30.** Fica eleito, desde já, para todas as questões oriundas deste Estatuto Social, o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 425.931/24-9 e NIRE 35.300.651.766 em 22/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Environment Empreendimentos S/A.

(em organização)
Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações por Subscrição Particular realizada em 02 de agosto de 2024
Data, Hora e Local: Aos 02 de agosto de 2024, às 15:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença dos acionistas Fundadores da Sociedade, conforme boletins de subscrição, (**Anexo II**) e lista de presença (**Anexo III**), ficando assim dispensada a convocação e publicação, em virtude da presença de todos os subscritores das ações da companhia, representando a totalidade (100%) do capital social, de acordo com o que foi verificado e conferido com os boletins de subscrição, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, e do artigo 294, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. A Companhia será de capital fechado, possuindo menos de 20 (vinte) acionistas e seu Patrimônio Líquido será inferior à R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jaime Batista Torres Junior, que convidou a mim, Fábio Antônio Garcez Barbosa para secretário-ao. **Ordem do Dia:** (A) Aprovação da constituição da Companhia; (B) Definir a subscrição de Ações e a forma de integração de seu capital social; (C) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (D) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, (E) Definir o valor de ajuda e reembolso de custos e despesas para os Diretores eleitos, e (F) Aprovar a elaboração da ata em forma de sumário e as assinaturas digitais via plataforma Clicksign. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: A. Aprovar e constituir a companhia **Environment Empreendimentos S/A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. B. Definir e fixar o capital social da Companhia em R\$ 1.000,00 (mil reais) divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme **Anexo II – Boletins de Subscrição**. C. Aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata, conforme **Anexo I – Estatuto Social**. D. Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato em conformidade com o Estatuto Social aprovador: **Diretores: Jaime Batista Torres Junior**, maior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12/10/1966, natural de São Bernardo do Campo/SP, documento de identidade RG nº 18.886.577-9 SSP/SP, data de expedição 08/07/2006, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.141.838-63, residente e domiciliado à Av. Sete de Setembro, 930, Apto 71-A, Centro, Diadema, SP, CEP 09912-010, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme **Anexo IV – Termo de Posse e Desimpedimento**. **Fábio Antonio Garcez Barbosa**, maior, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 03/12/1959, natural da cidade de São Paulo/SP, documento de identidade RG nº 9.041.317-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.059.658-11, residente e domiciliado a Rua Princesa Isabel, nº 1263, apto 71, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04601-003, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Administrativo da companhia conforme **Anexo V – Termo de Posse e Desimpedimento**. Os membros da Diretoria eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. E. Aprovar o valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais de ajuda e reembolso de custos e despesas aos diretores eleitos, para subsidiar suas despesas (combustível, estacionamento, refeições, viagens, entre outros) em prol da companhia no exercício de suas funções, tendo em vista que não gozarão de nenhuma espécie de remuneração, honorário ou salário até que a companhia esteja operacional e gerando receita e/ou recebendo lucros/dividendos de empresas controladas e/ou investidas. F. Aprovar, nos termos, do parágrafo 1º artigo 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário e aprovas as assinaturas desta Ata e de seus anexos no formato digital via plataforma Clicksign. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, na forma de sumário, consoante faculta o artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente – Sr. Jaime Batista Torres Junior; Secretário – Sr. Fábio Antônio Garcez Barbosa. **Acionistas:** Path Participações S/A e Jaime Batista Torres Junior. **Certidão:** Confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 02 de agosto de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. **Anexo I – Estatuto Social da Environment Empreendimentos S/A.** (Assembleia Geral de Constituição realizada em 02 de agosto de 2024). **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro:** A Environment Empreendimentos S/A. é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo:** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria em todo território nacional e no exterior. **Artigo Terceiro:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), com CNAE 6462-0/00 e as atividades de administração de participações em outras sociedades, sem que haja o controle acionário e interferência nas atividades das empresas investidas com CNAE 6463-8/00. **Parágrafo Único** – As atividades poderão ser exercidas em locais próprios e/ou de terceiros. **Artigo Quarto:** O prazo de duração da sociedade terá início na data de seu registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e término com a realização do objeto social e após a alienação de todos os ativos da sociedade. **Capítulo II – Do Capital – Artigo Quinto:** O capital social é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 100,00 (cem reais) integralizados, e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **Parágrafo Primeiro** – Cada ação é indivisível em relação a Companhia e corresponde a um voto nas deliberações sociais por intermédio de assembleia. **Parágrafo Segundo** – As ações provenientes de aumento de capital via capitalização de Lucros e/ou Reservas, serão distribuídas entre os acionistas, com modificação ou não do número de ações na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro** – Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social,

para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Parágrafo Quarto** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir partes beneficiárias e/ou debentures. **Parágrafo Quinto** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais e ainda constituir uma ou mais classes, conforme Art. 15 e Art. 16 da Lei nº 6.404/76, observado que ações preferenciais poderão ser com ou sem direito a voto e/ou ter direito de voto restrito nos termos do Art. 17 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Sexto** – Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações por eles detidas na Companhia, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada a área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Sétimo** – A Companhia terá direito de preferência na subscrição de ações colocadas a vendas por seus acionistas, tanto as ordinárias como as preferenciais, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada ao acionista vendedor enviada pela área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Oitavo** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle em conformidade com o parágrafo 3º do Art. 168 da Lei 6.404/76. **Capítulo III – Da Assembleia Geral – Artigo Sexto:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, sempre em conformidade com o Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo** – As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Parágrafo Terceiro** – As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer um dos Diretores da Companhia, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do Art. 123 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Quarto** – As convocações, trabalhos e deliberações da Assembleia seguirão o especificado nos Artigos do Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo Sétimo:** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos para mandatos de até 3 anos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro** – Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo** – A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral poderá constituir o Conselho de Administração e o Comitê de Diretores dentro dos procedimentos legais e em conformidade com a Lei 6.404/76, assim que a Companhia e seus negócios requererem tais órgãos de gestão e execução. **Artigo Oitavo:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono:** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo:** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo não competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judícia", as quais poderão ser outorgadas por prazo superior, porém não indeterminado. **Parágrafo Único** – Dependendo da aprovação de acionistas representando à maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro:** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Parágrafo Único** – Caso os acionistas celebrem um Acordo de Acionistas e o arquivo na sede da Companhia, os Diretores deverão observá-lo em sua íntegra. **Capítulo V – Disposições Gerais: Artigo Décimo Segundo:** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais: Artigo Décimo Terceiro:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos distintos do anual. **Artigo Décimo Sexto:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 02 de agosto de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.647.947 em 30/09/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Path Participações S.A.

(em organização)
Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações por Subscrição Particular realizada em 03 de junho de 2024
Data, Hora e Local: Aos 3 de junho de 2024, às 15:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença dos acionistas Fundadores da Sociedade, conforme boletins de subscrição, (**Anexo II**) e lista de presença (**Anexo III**), ficando assim dispensada a convocação e publicação, em virtude da presença de todos os subscritores das ações da companhia, representando a totalidade (100%) do capital social, de acordo com o que foi verificado e conferido com os boletins de subscrição, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, e do artigo 294, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. A Companhia será de capital fechado, possuindo menos de 20 (vinte) acionistas e seu Patrimônio Líquido será inferior à R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jaime Batista Torres Junior, que convidou a mim, Fábio Antônio Garcez Barbosa para secretário-ao. **Ordem do Dia:** (A) Aprovação da constituição da Companhia; (B) Definir a subscrição de Ações e a forma de integração de seu capital social; (C) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (D) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, (E) Definir o valor de ajuda e reembolso de custos e despesas para os Diretores eleitos, e (F) Aprovar a elaboração da ata em forma de sumário e as assinaturas digitais via plataforma Clicksign. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: A. Aprovar e constituir a companhia **Path Participações S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. B. Definir e fixar o capital social da Companhia em R\$ 1.000,00 (mil reais) divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme **Anexo II – Boletins de Subscrição**. C. Aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata, conforme **Anexo I – Estatuto Social**. D. Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato em conformidade com o Estatuto Social aprovador: **Diretores: Jaime Batista Torres Junior**, maior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12/10/1966, natural de São Bernardo do Campo/SP, documento de identidade RG nº 18.886.577-9 SSP/SP, data de expedição 08/07/2006, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.141.838-63, residente e domiciliado à Av. Sete de Setembro, 930, Apto 71-A, Centro, Diadema, SP, CEP 09912-010, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme **Anexo IV – Termo de Posse e Desimpedimento**. **Fábio Antonio Garcez Barbosa**, maior, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 03/12/1959, natural da cidade de São Paulo/SP, documento de identidade RG nº 9.041.317-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.059.658-11, residente e domiciliado a Rua Princesa Isabel, nº 1263, apto 71, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04601-003, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Administrativo da companhia conforme **Anexo V – Termo de Posse e Desimpedimento**. Os membros da Diretoria eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. E. Aprovar o valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais de ajuda e reembolso de custos e despesas aos diretores eleitos, para subsidiar suas despesas (combustível, estacionamento, refeições, viagens, entre outros) em prol da companhia no exercício de suas funções, tendo em vista que não gozarão de nenhuma espécie de remuneração, honorário ou salário até que a companhia esteja operacional e gerando receita e/ou recebendo lucros/dividendos de empresas controladas e/ou investidas. F. Aprovar, nos termos, do parágrafo 1º artigo 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário e aprovas as assinaturas desta Ata e de seus anexos no formato digital via plataforma Clicksign. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, na forma de sumário, consoante faculta o artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente – Sr. Jaime Batista Torres Junior; Secretário – Sr. Fábio Antônio Garcez Barbosa. **Acionistas:** Makers Group Participações S/A e Jaime Batista Torres Junior. **Certidão:** Confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 03 de junho de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. **Anexo I – Estatuto Social da Path Participações S.A.** (Assembleia Geral de Constituição realizada em 03 de junho de 2024). **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro:** A Path Participações S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo:** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria em todo território nacional e no exterior. **Artigo Terceiro:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding"), com CNAE 6462-0/00 e as atividades de administração de participações em outras sociedades, sem que haja o controle acionário e interferência nas atividades das empresas investidas com CNAE 6463-8/00. **Parágrafo Único** – As atividades poderão ser exercidas em locais próprios e/ou de terceiros. **Artigo Quarto:** O prazo de duração da sociedade terá início na data de seu registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e término com a realização do objeto social e após a alienação de todos os ativos da sociedade. **Capítulo II – Do Capital – Artigo Quinto:** O capital social é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 100,00 (cem reais) integralizados, e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **Parágrafo Primeiro** – Cada ação é indivisível em relação a Companhia e corresponde a um voto nas deliberações sociais por intermédio de assembleia. **Parágrafo Segundo** – As ações provenientes de aumento de capital via capitalização de Lucros e/ou Reservas, serão distribuídas entre os acionistas, com modificação ou não do número de ações na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro** – Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e

regulamentares em vigor. **Parágrafo Quarto** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir partes beneficiárias e/ou debentures. **Parágrafo Quinto** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais e ainda constituir uma ou mais classes, conforme Art. 15 e Art. 16 da Lei nº 6.404/76, observado que ações preferenciais poderão ser com ou sem direito a voto e/ou ter direito de voto restrito nos termos do Art. 17 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Sexto** – Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações por eles detidas na Companhia, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada a área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Sétimo** – A Companhia terá direito de preferência na subscrição de ações colocadas a vendas por seus acionistas, tanto as ordinárias como as preferenciais, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada ao acionista vendedor enviada pela área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Oitavo** – A Companhia por decisão da Assembleia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle em conformidade com o parágrafo 3º do Art. 168 da Lei 6.404/76. **Capítulo III – Da Assembleia Geral – Artigo Sexto:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, sempre em conformidade com o Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Parágrafo Primeiro** – A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo** – As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Parágrafo Terceiro** – As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer um dos Diretores da Companhia, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do Art. 123 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Quarto** – As convocações, trabalhos e deliberações da Assembleia seguirão o especificado nos Artigos do Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo Sétimo:** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos para mandatos de até 3 anos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro** – Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo** – A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral poderá constituir o Conselho de Administração e o Comitê de Diretores dentro dos procedimentos legais e em conformidade com a Lei 6.404/76, assim que a Companhia e seus negócios requererem tais órgãos de gestão e execução. **Artigo Oitavo:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono:** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo:** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo não competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judícia", as quais poderão ser outorgadas por prazo superior, porém não indeterminado. **Parágrafo Único** – Dependendo da aprovação de acionistas representando à maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro:** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Parágrafo Único** – Caso os acionistas celebrem um Acordo de Acionistas e o arquivo na sede da Companhia, os Diretores deverão observá-lo em sua íntegra. **Capítulo V – Conselho Fiscal – Artigo Décimo Segundo:** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único** – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais: Artigo Décimo Terceiro:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos distintos do anual. **Artigo Décimo Sexto:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 03 de junho de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.643.623 em 31/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Wind River Empreendimentos S.A.

(em organização)
Ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações por Subscrição Particular realizada em 03 de julho de 2024
Data, Hora e Local: Aos 3 de julho de 2024, às 15:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. **Quórum de Instalação:** Verificou-se a presença dos acionistas Fundadores da Sociedade, conforme boletins de subscrição, (**Anexo II**) e lista de presença (**Anexo III**), ficando assim dispensada a convocação e publicação, em virtude da presença de todos os subscritores das ações da companhia, representando a totalidade (100%) do capital social, de acordo com o que foi verificado e conferido com os boletins de subscrição, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, e do artigo 294, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. A Companhia será de capital fechado, possuindo menos de 20 (vinte) acionistas e seu Patrimônio Líquido será inferior à R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Jaime Batista Torres Junior, que convidou a mim, Fábio Antônio Garcez Barbosa para secretaria-lo. **Ordem do Dia:** (A) Aprovação da constituição da Companhia; (B) Definir a subscrição de Ações e a forma de integralização de seu capital social; (C) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; (D) Eleição dos membros da Diretoria da Companhia, (E) Definir o valor de ajuda e reembolso de custos e despesas para os Diretores eleitos, e (F) Aprovar a elaboração da ata em forma de sumário e as assinaturas digitais via plataforma Clicksign. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: A. Aprovar e constituir a companhia **Wind River Empreendimentos S.A.**, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-001. B. Definir e fixar o capital social da Companhia em R\$ 1.000,00 (mil reais) divididos em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valores nominais, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme **Anexo II – Boletins de Subscrição**. C. Aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata, conforme **Anexo I – Estatuto Social**. D. Eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato em conformidade com o Estatuto Social aprovador: **Diretores: Jaime Batista Torres Junior**, maior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, nascido em 12/10/1966, natural de São Bernardo do Campo/SP, documento de identidade RG nº 18.886.577-9 SSP/SP, data de expedição 08/07/2006, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.141.838-63, residente e domiciliado à Av. Sete de Setembro, 930, Apto 71-A, Centro, Diadema, SP, CEP 09912-010, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, conforme **Anexo IV – Termo de Posse e Desimpedimento. Fabio Antonio Garcez Barbosa**, maior, brasileiro, divorciado, empresário, nascido em 03/12/1959, natural da cidade de São Paulo/SP, documento de identidade RG nº 9.041.317-9 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 063.059.658-11, residente e domiciliado a Rua Princesa Isabel, nº 1263, apto 71, Campo Belo, São Paulo, SP, CEP 04601-003, endereço eletrônico , para o cargo de Diretor Administrativo da companhia conforme **Anexo V – Termo de Posse e Desimpedimento**. Os membros da Diretoria eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. E. Aprovar o valor de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais de ajuda e reembolso de custos e despesas aos diretores eleitos, para subsidiar suas despesas (combustível, estacionamento, refeições, viagens, entre outros) em prol da companhia no exercício de suas funções, tendo em vista que não gozarão de nenhuma espécie de remuneração, honorário ou salário até que a companhia esteja operacional e gerando receita e/ou recebendo lucros/dividendos de empresas controladas e/ou investidas. F. Aprovar, nos termos, do parágrafo 1º artigo 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário e aprovas as assinaturas desta Ata e de seus anexos no formato digital via plataforma Clicksign. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a Assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, na forma de sumário, consoante faculta o artigo 130 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, que após lida e aprovada por unanimidade, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente – Sr. Jaime Batista Torres Junior; Secretário – Sr. Fábio Antônio Garcez Barbosa. **Acionistas:** Path Participações S/A e Jaime Batista Torres Junior. **Certidão:** Confere com o original lavrado no livro próprio. São Paulo, 03 de julho de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. **Anexo I – Estatuto Social da Wind River Empreendimentos S.A.** (Assembleia Geral de Constituição realizada em 03 de julho de 2024). **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo Primeiro:** A Wind River Empreendimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege por este Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo Segundo:** A companhia tem sede e foro na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1811, ESC 1119, Jardim Paulistano, São Paulo/SP CEP: 01452-000, podendo abrir filiais, agências ou escritórios por deliberação da diretoria em todo território nacional e no exterior. **Artigo Terceiro:** A Companhia tem por objeto social a participação em outras Sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior ("holding", com CNAE 6462-0/00 e as atividades de administração de participações em outras sociedades, sem que haja o controle acionário e interferência nas atividades das empresas investidas com CNAE 6463-8/00. **Parágrafo Único –** As atividades poderão ser exercidas em locais próprios e/ou de terceiros. **Artigo Quarto:** O prazo de duração da sociedade terá início na data de seu registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), e término com a realização do objeto social e após a alienação de todos os ativos da sociedade. **Capítulo II – Do Capital – Artigo Quinto:** O capital social é de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo R\$ 100,00 (cem reais) integralizados, e o restante a integralizar no prazo de 12 meses a contar desta assembleia. **Parágrafo Primeiro –** Cada ação é indivisível em relação a Companhia e corresponde a um voto nas deliberações sociais por intermédio de assembleia. **Parágrafo Segundo –** As ações provenientes de aumento de capital via capitalização de Lucros e/ou Reservas, serão distribuídas entre os acionistas, com modificação ou não do número de ações na forma da lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro –** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social,

para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Parágrafo Quarto –** A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir partes beneficiárias e/ou debentures. **Parágrafo Quinto –** A Companhia por decisão da Assembleia poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais e ainda constituir uma ou mais classes, conforme Art. 15 e Art. 16 da Lei nº 6.404/76, observado que ações preferenciais poderão ser com ou sem direito a voto e/ou ter direito de voto restrito nos termos do Art. 17 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Sexto –** Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de qualquer aumento de capital, na proporção do número de ações por eles detidas na Companhia, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada a área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Sétimo –** A Companhia terá direito de preferência na subscrição de ações colocadas a vendas por seus acionistas, tanto as ordinárias como as preferenciais, devendo referido direito de preferência ser exercido dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, mediante manifestação formal por escrito endereçada ao acionista vendedor enviada pela área de Relação com Investidores da Companhia. **Parágrafo Oitavo –** A Companhia por decisão da Assembleia poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou a sociedade sob seu controle em conformidade com o parágrafo 3º do Art. 168 da Lei 6.404/76. **Capítulo III – Da Assembleia Geral – Artigo Sexto:** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, sempre em conformidade com o Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Parágrafo Primeiro –** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo –** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de voto, não computando os votos em branco. **Parágrafo Terceiro –** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer um dos Diretores da Companhia, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do Art. 123 da Lei 6.404/76. **Parágrafo Quarto –** As convocações, trabalhos e deliberações da Assembleia seguirão o especificado nos Artigos do Capítulo XI da Lei 6.404/1976 e leis posteriores. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo Sétimo:** A administração da Companhia será exercida por uma diretoria, composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos para mandatos de até 3 anos pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos eleitos. **Parágrafo Primeiro –** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo –** A investidura dos diretores nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Parágrafo Terceiro –** A Assembleia Geral poderá constituir o Conselho de Administração e o Comitê de Diretores dentro dos procedimentos legais e em conformidade com a Lei 6.404/76, assim que a Companhia e seus negócios requererem tais órgãos de gestão e execução. **Artigo Oitavo:** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo Nono:** A diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Sociedade e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; exercer os poderes normais de gerência; assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; emitir e endossar cheques; abrir, operar e encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Artigo Décimo:** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todos os atos referidos no artigo não competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(es) dar-se-á pela assinatura isolada de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a um ano, exceto em relação às procurações "ad judicium", as quais poderão ser outorgadas por prazo superior, porém não indeterminado. **Parágrafo Único –** Dependerão da aprovação de acionistas representando à maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo Décimo Primeiro:** Compete à diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Parágrafo Único –** Caso os acionistas celebrem um Acordo de Acionistas e o arquivem na sede da Companhia, os Diretores deverão observá-lo em sua íntegra. **Capítulo V – Conselho Fiscal – Artigo Décimo Segundo:** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e iguais números de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único –** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Disposições Gerais: Artigo Décimo Terceiro:** O exercício social da Sociedade coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Sociedade preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Artigo Décimo Quarto:** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo Décimo Quinto:** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Sociedade poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos distintos do anual. **Artigo Décimo Sexto:** A Sociedade distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Artigo Décimo Sétimo:** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Artigo Décimo Oitavo:** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste estatuto social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 03 de julho de 2024. Jaime Batista Torres Junior, **Presidente da Assembleia e Diretor Financeiro Eleito;** Fábio Antônio Garcez Barbosa, **Secretário da Assembleia e Diretor Administrativo Eleito.** Advogada – Eulália Orrico Santos OAB/ SP 501.958. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.646.681 em 13/09/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 – NIRE 35.300.451.732
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/10/2024
Data – Local – Hora: 28/10/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-200. **Convocação:** Dispensadas as formalidades legais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Ordem do Dia:** (i) encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de Lima, Capital da República do Peru, com endereço Avenida Manuel Olguim, 211, oficina 503, Santiago de Surco, Lima, Peru, capital e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0008-43; (ii) encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de La Paz, Estado Plurinacional da Bolívia, com endereço na Calle 15 de Calacoto, nº 8089, Ed. Fergal, 2º piso, Oficina 2 "C" e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0010-68; (iii) encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de Quito, Capital da República do Equador, com endereço na Avenida República del Salvador N35-82 y Portugal, Edifício Twin Towers, Torre 1, Piso 9, bairro Iñaquito, código postal 170105 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0013-00; (iv) a abertura de filial da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Rio Grande, na Avenida Portugal nº 440, Bairro Cidade Nova, Rio Grande/RS, CEP 22.640-102 e (v) alteração do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, (i) aprovar o encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de Lima, Capital da República do Peru, com endereço Avenida Manuel Olguim, 211, oficina 503, Santiago de Surco, Lima, Peru, capital e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0008-43; (ii) aprovar o encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de La Paz, Estado Plurinacional da Bolívia, com endereço na Calle 15 de Calacoto, nº 8089, Ed. Fergal, 2º piso, Oficina 2 "C" e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0010-68; (iii) aprovar o encerramento da sucursal da Companhia localizada na cidade de Quito, Capital da República do Equador, com endereço na Avenida República del Salvador N35-82 y Portugal, Edifício Twin Towers, Torre 1, Piso 9, bairro Iñaquito, código postal 170105 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0013-00; (iv) aprovada a abertura de filial da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, Município de Rio Grande, na Avenida Portugal nº 440, Bairro Cidade Nova, Rio Grande/RS, CEP 22.640-102; e (v) Em razão das deliberações aprovadas, os acionistas decidem alterar a Cláusula 1ª do seu Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **"Cláusula 1ª –** A Companhia, constituída e organizada sob a forma de sociedade anônima, nos termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de **Sustentare Saneamento S.A.**, e tem sede social na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo, SP, CEP 05727-200, São Paulo, SP, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações e/ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. **Parágrafo Primeiro –** A Companhia possui as seguintes filiais, com capital destacado de R\$ 1.000,00 (mil reais) para cada uma: (a) Rua E, lote 83/84, Distrito Industrial, Teresina, Piauí, CEP 64025-050; (b) Avenida Miguel Pinto de Santana, 200, Nova Esperança, Feira de Santana, Bahia, CEP 44025-720, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0004-10; (c) SRTV/Sul, Quadra 701, Conjunto D, Bloco B, 280, sala 317, Brasília, Distrito Federal, CEP 70200-004, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0002-58; (d) Rodovia CE 060, nº 1100, Distrito Padre Cicero, Vila Palmeirinha, Juazeiro do Norte, CEP: 63082-000, inscrita no CNPJ sob nº 17.851.447/0003-39; (e) Rodovia Fausto Santomauro, 127, Zona de Expansão Urbana, km 3.504, Rio Claro, São Paulo, CEP 13500-970, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.851.447/0005-09; (f) Praça Paul Harris, 322, sala B, bairro Conceição, Diadema, São Paulo, CEP 09991-200, inscrita no CNPJ sob o nº 17.851.447/0006-81; (g) Avenida Governador Walter Jobim, nº 525, Lote 01, Bairro Patronato, Santa Maria, RS, CEP: 97020-355, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0007-62; (h) Rua Moxotó, nº 268, Chácaras Reunidas, São José dos Campos, SP, CEP 12238-320, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0009-24; (i) Avenida Henry Ford, nº 1718, bairro Parque da Mooca, São Paulo, SP, CEP: 03109-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0011-49; (j) Avenida Padre Alarico Zacharias, 1300, Fundos, Parque Industrial, Araras, SP, CEP 13601-343, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0012-20; (k) Praça Maastricht, 200, Torre I Corporate, sala 709, Residencial Euroville, Bragança Paulista-SP, CEP: 12917-021, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 17.851.447/0014-91; e (l) Avenida Portugal nº 440, Bairro Cidade Nova, Rio Grande, RS, CEP 22.640, Rio Grande, RS, CEP 22.640-102.; e (vi) Diante das deliberações tomadas, os acionistas resolvem aprovar a consolidação do Estatuto Social (anexo I). **Quorum das Deliberações:** As deliberações foram tomadas pela unanimidade dos acionistas presentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 28 de outubro de 2024. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** Alvor Participações Ltda. e Adilson Alves Martins. **Presidente:** Adilson Alves Martins; **Secretário:** Marcelo Duarte de Oliveira. **Acionistas:** **Alvor Participações Ltda.**, Adilson Alves Martins – Cargo: Administrador; **Adilson Alves Martins**, Adilson Alves Martins. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 425.317/24-9 em 19/11/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 12/12/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

